

Jaime Ernesto León*

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Mello de Malta**

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



A crise da Nova República e a ascensão autoritária no Brasil

Recebido em: 29 fev. 2024

Aprovado em: 08 mar. 2024

Publicado em: 05 jul. 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-5>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre e Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: jaime.leon@ie.ufrj.br

 <http://lattes.cnpq.br/4370070472722902>  <https://orcid.org/0000-0001-8400-2801>

** Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia e graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mariamalta@ie.ufrj.br

 <http://lattes.cnpq.br/1295130050222831>  <https://orcid.org/0000-0002-5538-940X>

Resumo

O artigo analisa a controvérsia em torno da crise da “democracia de cooptação” na “Nova República” brasileira, um momento histórico iniciado com a Constituição de 1988 e que está em crise desde 2015. A conclusão aponta que esta forma de democracia foi construída como uma solução burguesa para a crise da ditadura de 1964-1985 e, ironicamente, somente através de um partido político (Partido dos Trabalhadores) comprometido originalmente com a questão trabalhista e que passara por um processo de “transformismo” é que a democracia de cooptação poderia ser desenvolvida nos seus aspectos mais extremos. Este modelo está desgastado e deu origem ao momento autoritário sob o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Democracia Brasileira. Autoritarismo. Cooptação. Crise.

Jaime Ernesto León*

Federal University of Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Maria Mello de Malta**

Federal University of Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil



The crisis of the New Republic and the authoritarian rise in Brazil

Received: 29th Feb. 2024

Approved: 08th Mar. 2024

Published: 05th July 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-5>

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brazil (CAPES) – Finance Code 001.

* Professor at the Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Economics. PhD in Economics of Industry and Technology and BSc in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro; MSc in Economics from the State University of Campinas. Email: jaime.leon@ie.ufrj.br

 <http://lattes.cnpq.br/4370070472722902>

 <https://orcid.org/0000-0001-8400-2801>

** Professor at the Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Economics. PhD in Economics from Fluminense Federal University; MSc in Economics of Industry and Technology and BSc in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro. Email: mariamalta@ie.ufrj.br

 <http://lattes.cnpq.br/1295130050222831>

 <https://orcid.org/0000-0002-5538-940X>

Abstract

The paper analyzes the controversy around the crisis of "cooptation democracy" in the Brazilian "New Republic", a historical moment began with the 1988 Constitution and which has been under turmoil since 2015. The conclusion points out that this type of democracy was built as a bourgeois solution for the crisis of the 1964-1985 dictatorship and it was ironically only through a political party originally (Labor Party [Partido dos Trabalhadores]) committed to the labor question and that had gone through a process of "transformism" that cooptation democracy could be fully realized. That model is currently worn out and has given birth to an authoritarian moment under Bolsonaro's term.

Keywords: *Brazilian Democracy. Authoritarianism. Cooptation. Crisis.*

1. Introdução

A Nova República foi um período histórico recente da sociedade brasileira marcado pela transição do regime civil-militar – uma ditadura que durou 21 anos entre 1964 e 1985 – para um período em que a “democracia” era apresentada como a promessa de novos tempos que pretendiam prezar pelos princípios “cidadãos” inscritos na Constituição de 1988. Este artigo visa analisar criticamente o processo de construção da Nova República brasileira, pois ele deu origem a um tipo de democracia que se esgotou politicamente caracterizando sua crise e foi a pedra basilar da ascensão de uma nova forma de autoritarismo com Jair Bolsonaro.

Para tanto, busca-se destacar a discussão em torno da democracia possível no país acabado o regime de 1964-1985 à luz das contribuições de dois autores representantes da teoria do capitalismo dependente: Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. A escolha destes dois autores dentre o grande número de contribuições no campo das teorias do capitalismo dependente¹ tem uma conexão especial com nossa percepção de que também, neste período, o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido da crise do regime civil-militar, jogaria um papel crucial na composição e limites da luta de classes e na democracia vigente no país. Ambos os autores terão um papel fundamental na construção do debate político que dará base para a ação política do PT nos anos 1980 e 1990. Vale destacar também que ambos assumem posição crítica crescente em relação a política do partido, chegando à ruptura com o mesmo ainda no curso nos anos 1990, no caso de Florestan, e no início dos anos 2000, no caso de Coutinho.

1 Segundo Chilcote (1999), existem muitas teorias e grupos de autores que podem ser listados entre do capitalismo dependente. Destacamos as seguintes para o caso do Brasil: Teorias da dependência Marxista como de Teotônio dos Santos, André Gunder Frank e Vânia Bambirra; Teoria da Dependência estruturalista como de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra; Teorias do Capitalismo Dependente como de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho; Teorias do capitalismo tardio como de João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares ou ainda a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Sinalizamos que a interpretação de Florestan Fernandes, iniciada ainda nos anos 1950s foi o marco inicial desta controvérsia.

A hipótese de trabalho é que nos quase trinta anos da Nova República (1988-2016) um tipo de democracia nascido na crise da ditadura, a democracia de cooptação, pôde amadurecer e completar seu desenvolvimento durante os governos do PT (2003-2016), sendo obrigada a enfrentar suas maiores contradições durante a crise socioeconômica e política deflagrada em 2013 e, finalmente, vivenciar sua derrocada quando da consolidação do golpe de Estado que impede Dilma Rousseff. No entanto, apontamos que o nível de desenvolvimento que levou ao ápice da democracia de cooptação só foi possível devido a uma dupla articulação de fatores: um fator externo de conjuntura econômica internacional favorável ao crescimento da renda, que possibilitou, internamente, uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo sob os princípios do neoliberalismo. Esta inflexão está associada ao processo interno, de mais longa duração, de transformismo sofrido pelo Partido dos Trabalhadores que comandava o Estado e foi capaz de abrir o arco de alianças de forma a garantir o apassivamento da luta de classes no que estamos caracterizando como a fase final da Nova República e o fim da “Onda Rosa” para o Brasil.

Desta forma, trazemos a hipótese de que a mudança de cenário atual se relaciona com a primeira reversão da conjuntura mundial, a partir da crise financeira mundial de 2008, que revelou o momento de crise estrutural do capital² e com isto instabilizou a economia interna, expondo seu caráter dependente e periférico e abriu a possibilidade de questionamentos para a forma política de democracia de cooptação, apontando a emergência de organizações políticas com características ideológicas autoritárias associadas a uma visão econômica neoliberal, ambas combinadas com uma forma de organização social conhecida como “teologia da prosperidade” encontrada comumente em igrejas pentecostais criadas no século XX no Brasil.

2 A crise estrutural do capital remonta à inflexão de fins da década de 1960 no mundo, com a ascensão do monetarismo e, em seguida, com as políticas socioeconômicas neoliberais. Mészáros (2002), ao formular a categoria de crise estrutural do capital, identifica o capitalismo como um mecanismo de reprodução sociometabólico que produz os mecanismos que o limitam e o deixa cheios de contradições cada vez mais exacerbadas.

Neste cenário de crise socioeconômica as frações burguesas ficaram à mercê daquele que se apresentou como a saída ao programa democrático-popular do PT nas eleições de 2018: Jair Bolsonaro e todo seu projeto. Este movimento deve ser explicado por uma inflexão mundial em direção à substituição de governos de centro-esquerda por governos com viés autoritário combinado ao reforço do neoliberalismo (Boffo; Saad-Filho; Fine, 2018). Todavia, a crise do metabolismo social do capital expôs também o neoliberalismo atual aos limites absolutos do capital e gerou problemas cada vez mais difíceis em todo globo. Uma segunda inflexão se desenha com a instalação da crise mundial do neoliberalismo reforçada pela pandemia do novo coronavírus, o governo Bolsonaro se viu diante de um ponto crítico desde então, mas foi capaz de acirrar ainda mais o neoliberalismo e o conservadorismo.

2. Consenso burguês de dominação e transformação capitalista: noções básicas de uma “democracia restrita” ou uma ditadura em nome da democracia

Florestan Fernandes é o autor de referência para interpretar o Brasil da ditadura civil-militar. Vale destacar que a controvérsia sobre a formação socioeconômica brasileira, apresentada em Curty (2017), encontra sua síntese no Brasil, apesar de no geral também se apresentar nos países latino-americanos em geral. Apesar de já terem conformado suas revoluções burguesas, os países latino-americanos possuem instituições e valores de poder de origem colonial que seguem sendo reproduzidos nestas sociedades dentro de seu aparato estatal, intimamente atrelado aos interesses econômicos dos setores dominantes.

Um dos maiores consensos desta controvérsia é que tais instituições não teriam consolidado o mesmo tipo de integração democrática vigente nos países do centro capitalista, ao contrário, teriam instaurado um caráter autoritário na democracia latino-americana: a democracia restrita. Florestan

Fernandes foi quem a denominaria assim e, conforme Ianni (1988) desenvolveria, existiria na América Latina uma cultura política autoritária. Nela, são comuns as tentativas de golpe de Estado sempre que o poder burguês estiver ameaçado e somente aqueles que são considerados integrados na sociedade civil, aqueles que conseguem se inserir formalmente no mercado de trabalho ou detém bens e ativos, têm voz na sociedade política. No Brasil, a revolução burguesa no começa com a industrialização dependente engendrada por Getúlio Vargas na década de 1930.

Segundo Florestan, foi só com o golpe que deu origem à ditadura civil-militar de 1964 foi resultado daquilo que as burguesias brasileiras viram como solução para sua crise nos anos 1960. Estas frações de classe se reuniram compositamente, como uma colcha de retalhos, por uma solidariedade de classe assentada na defesa de seu interesse comum: sua manutenção como classe dominante. Portanto, as burguesias e frações de classe burguesas, fizeram, com o golpe civil-militar de 1964, uma opção que varreu qualquer possibilidade de solução da estrutura dependente chamada de dupla articulação do capitalismo dependente: uma conexão entre segregação social (e do estilo de dominação que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação das comunidades nacionais e o "mundo internacional dos negócios") que produzem o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente. Estas estruturas funcionam como barreiras que impedem o controle dos meios da mudança social de forma autônoma por parte do povo e o impossibilita de atingir os seus fins. Podemos dizer, inclusive, pela forma como se estabeleceu o endividamento externo (ver tabela a seguir) e pela violência que caracterizou as relações de controle social, que esta dupla articulação se intensificou nos anos da ditadura.

Tabela 1 - Evolução da dívida externa brasileira

Ano	% PIB	Ano	% PIB
1971	16,8	1980	27,0
1972	19,5	1981	28,6
1973	17,7	1982	31,5
1974	18,1	1983	49,5
1975	19,3	1984	53,8
1976	20,9	1985	49,8
1977	21,4	1986	43,1
1978	25,9	1987	42,9
1979	25,0		

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil / BP, [s./d]. Elaboração dos autores.

Por um lado, as burguesias se uniram ao seu aliado principal – o capital internacional – para se reproduzirem enquanto classe; para se inserir ao espaço econômico mundial mais amplamente; e para tomarem o controle de um Estado viabilizador de logros que estavam além da esfera privada de ação burguesa. Por outro, puderam agir de forma aberta, opressora e repressora contra seu inimigo principal – as classes populares. Florestan Fernandes (1975) chamou esta combinação de ações de consenso burguês. Naquele momento da história essa se apresentou como a única saída viável para as burguesias e suas frações de classe se manterem no comando político nos marcos do capitalismo dependente.

O contexto era de ápice da Guerra Fria, no qual a defesa da ordem capitalista figurava como cerne das políticas em todo continente. As ideias dominantes do centro eram as das classes dominantes do país hegemônico

da ordem mundial e eram importadas mimeticamente pelas classes dominantes dos países da periferia. Não é à toa que valores abstratos tais como “solidariedade do hemisfério” ou “defesa da civilização cristã ocidental” foram defendidos se sobrepondo aos interesses de cada país periférico enquanto nação, pensada como o conjunto da maioria do povo. Se tratava da submissão de interesses nacionais e, logo, da democracia como algo libertador (Fernandes, 1975; Netto, 2014).

Ao assumirem tal postura reacionária, as burguesias e frações de classe burguesas brasileiras abandonaram, por não precisarem, a ideologia e a utopia burguesas tal como estabelecidas nos casos clássicos de revoluções inglesa, francesa e estadunidense uma vez que se formaram em um período histórico e realidade social distintos. Nos casos clássicos, a burguesia era a classe revolucionária e não a classe que buscava se manter no poder.

Com a consolidação da revolução burguesa no Brasil a partir de 1964, as burguesias optaram por uma solução que reforçou o caráter de democracia restrita, instaurando duas revoluções antagônicas na sociedade brasileira: uma de aceleração do tempo histórico que promoveu a modernização da economia, indispensável para a legitimação de sua dominação; outra de caráter contrarrevolucionário, pois tornou permanente as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas no interior da sociedade burguesa através de uma “ditadura de classe preventiva”. Em linhas gerais, a formação da nação em moldes democrático, nacional ou popular foi tirada da ordem do dia pelas burguesias dependentes. Esta marca não é algo simples de se apagar na história de um país.

A dominação burguesa sob o capitalismo dependente era camuflada. Aparentava ser coincidente com os interesses da nação, dava um grande destaque para a modernização produtiva e para o crescimento econômico, porém varria para baixo do tapete a intensificação das desigualdades sociais e a intensa opressão e repressão popular. Segundo Florestan houve uma clara separação entre “sociedade civil” e “nação” e uma nítida identificação de “classe burguesa” com a “nação”, traços de uma dominação ideológica de classe. O eixo de gravitação da relação política entre as classes dominantes, os interesses nacionais e a estabilidade político-econômica foram deslocados

para o interior das classes burguesas e de seu controle sobre toda a sociedade.

Segundo Fernandes (1968), a ordem social de classes assumiu sua forma possível no capitalismo dependente: aberta somente para os mais iguais, para os que se inseriam na ordem como classes possuidoras. Utilizando os termos da classificação social desenvolvida pelo autor, esta ordem colocava como condição explorar as classes “despossuídas” e os “semi-integrados” à ordem.

Florestan Fernandes elucidou como a intensificação da dominação burguesa, fez com que se aumentasse a impregnação militar e da tecnocracia no Estado como processos de preservação e consolidação da ordem, inclusive com demonstrações excessivas de força bruta. O Estado além de policial-militar, era jurídico e político e tinha como principal função eliminar a necessidade de articulação política entre as classes, pois ele mesmo determinava a ordem que deveria ser respeitada: a ordem burguesa. O Estado virou, portanto, uma entidade política muito forte que centralizava os controles de dominação política, jurídica e promovia a aceleração econômica da sociedade. Reforçando as já demarcadas tradições políticas coloniais.

Na perspectiva de Florestan, no entanto, o modelo autocrático burguês, na sua forma violenta, era inexoravelmente transitório. A própria conjuntura internacional do final dos anos 1970 implicou em mudanças substantivas na dimensão externa da dupla articulação, pois a subida das taxas de juros americanas, juntamente com o segundo choque dos preços internacionais do petróleo criaram para o Brasil, altamente endividado internacionalmente, uma crise sem precedentes. A crise da dívida em conjunto com os anos de extrema violência e opressão social interna trouxe à tona as contradições mais profundas da democracia restrita em seu modelo autocrático e tornaram sua permanência, na forma que existia, insustentável. Surgiram grandes movimentos de organizações de trabalhadores, mesmo sendo ilegais, as manifestações contra carestia e a denúncia de violência política e social foram se ampliando. Foi necessário que se formulasse, progressivamente, uma forma de saída daquele contexto.

É neste contexto que se estabelece a controvérsia sobre as

possibilidades de saída democrática no campo na esquerda no Brasil na qual Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho são fundamentais. Seja pela importância de sua interpretação do Brasil, seja como formuladores teóricos da base que foi utilizada pelo Partido dos Trabalhadores para orientar sua ação política, estes autores são fundamentais para entender o Brasil atual.

3. A controvérsia das perspectivas democráticas no nascimento da Nova República: democracia de cooptação e democracia de massas

3.1 A democracia restrita em uma nova ordem

Florestan Fernandes observava que um aspecto do caráter contraditório da democracia no Brasil residia em que a própria opção pelo consenso burguês continha as sementes de sua destruição, ou de seu enfraquecimento e substituição por uma nova forma de democracia. Na perspectiva do sociólogo, muito embora este acordo tenha dado às frações burguesas a possibilidade de gerir abertamente novas formas da luta de classes com um Estado autocrático, não lhe deu autonomia para fora e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes.

A opção pelo acordo burguês foi a de abrir mão da base material do desenvolvimento auto propellido, pois ampliava a dependência externa de forma crescente e aprofundava a segregação social ao enxergar as classes despossuídas como meros inimigos irreconciliáveis ou setores sociais que deviam ser tutelados, o que só fazia aumentar a dupla articulação. Neste sentido, o golpe de 1964 paralisara o projeto de formação da nação que vinha sendo construído desde o início da revolução burguesa no começo da Era Vargas.

Passadas as fases iniciais de repressão do regime, as reformas monetária, trabalhista e financeira de 1964 e o endurecimento político em

1968 com o Ato Institucional número 5 (AI-5), os conflituosos interesses burgueses puderam voltar à cena política, implicando a inevitável tensão interna do sistema de poder. A recuperação econômica (ver tabela a seguir) abriu espaço para disputas internas sobre a direção do processo de desenvolvimento. É neste contexto que Florestan Fernandes aponta para o surgimento da nova forma da democracia restrita, a democracia de cooptação.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB %

Ano	Brasil	Ano	Brasil
1964	3,4	1969	9,5
1965	2,4	1970	10,4
1966	6,7	1971	11,34
1967	4,2	1972	11,94
1968	9,8	1973	13,97

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais, [s./d.].

A democracia de cooptação nada mais é do que uma forma específica e elaborada da democracia restrita brasileira. Em síntese, na concepção de Fernandes **a democracia de cooptação é uma evolução da forma de dominação burguesa que foi adaptada aos novos tempos históricos em que a ditadura não pode mais ser usada como forma preponderante de ordem política.** Ela consiste no apassivamento, temporário, da luta de classes e pressupõe a corrupção dos agentes econômicos envolvidos e do sistema de poder. O caráter permanente da luta de classes não pode ser eliminado do modo de produção capitalista, uma vez que esse é baseado na exploração do trabalho e na existência da propriedade privada e de instituições jurídico e políticas que garantem sua existência. A

democracia de cooptação pode também ser chamada de política de conciliação de classes. As formas de obtenção da cooptação são variadas e resultam de um processo lento e gradual que demanda o estudo de suas especificidades.

A cooptação do período civil-militar consistiu na agregação sistemática e generalizada de interesses burgueses, brasileiros e estrangeiros, e serviu de elo facilitador para produzir privilégios entre os “mais iguais”. Não foi um processo restrito às frações altas da burguesia, senão também às frações médias que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram de cima para baixo conformando um verdadeiro paraíso burguês. Este espaço, porém, só foi aberto pela conjuntura econômica positiva do milagre econômico (1968-1973), sob taxas de crescimento confortáveis o suficiente para que este processo de ajustamento fino de repartição dos ganhos econômicos fosse feito social e politicamente de forma concertada. Além disso, a dinâmica da modernização produtiva tinha forte impacto sobre a classe trabalhadora.

Neste cenário de auge da regeneração burguesa, permeado pela intensificação da opressão e repressão da classe trabalhadora com o arrocho salarial e violência militar, as dinâmicas da emergência do capitalismo monopolista e da industrialização intensiva colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses e dos trabalhadores. Organizações de trabalhadores se reorganizaram e, com elas, manifestações e greves foram sendo crescentemente convocadas. Dentro das associações de bairros e comunidades eclesiais de base da igreja católica também foram sendo feitas discussões e manifestações em torno das questões dos direitos humanos, da fome e da violência. É verdade que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. Foi por isso que a distensão política do regime civil-militar passou a ser almejada pelas próprias frações da classe dominante, deixando suas contradições flagrantes.

O Partido dos Trabalhadores (PT) só foi fundado em 1980, porém toda a discussão de base que dará origem ao movimento de fundação deste partido já estava ocorrendo em todo o país, principalmente desde as greves operárias

de 1978 no ABC paulista. Florestan fez parte desta movimentação e sua interpretação sobre a conjuntura da época foi muito influente no debate. Do seu ponto de vista, a tarefa burguesa naquele período de início de abertura política em fins da década de setenta seria dupla: reforçar a autocracia burguesa ampliando a *cooptação para baixo*, criando formas de conexão com o restante da sociedade civil de maneira a camuflar seus privilégios, e estabelecendo claramente o alcance constitucional e legal do Estado autocrático. Não se trataria de retomar uma suposta democracia, mas sim de retomar condições seguras para o prosseguimento da ordem competitiva de antes de 1964 só que de forma a camuflar a dominação burguesa, abrindo espaço para alguma integração social.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que uma possível ampliação da democracia de cooptação implicaria o beneficiamento de outras classes que não só as altas e as médias. No entanto compreendia que a possibilidade de mobilidade vertical social teria duas consequências contraditórias para o regime: i) aumentaria o horizonte da consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em possuidoras gerando protestos a partir de dentro da ordem; ii) geraria uma organização crescente de pressões contra a ordem, uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes.

Neste sentido, Florestan acreditava que a democracia de cooptação “para baixo” nasceria débil, pois na perspectiva das classes tuteladas ofereceria muito pouco, enquanto na ótica dos dominantes teria um preço muito elevado. Era como se a forma política democracia de cooptação fosse uma segunda opção para todos que dela participavam. Florestan aponta que as burguesias brasileiras não dariam conta de lidar com a cooptação sob bases tão precárias com um Estado autocrático, pois num país de extrema concentração de renda e de poder restaria pouco para a compra de alianças ou de lealdades (Fernandes, 1975). Se era esta a tarefa da burguesia, restava saber qual seria a tarefa da classe trabalhadora brasileira.

É neste contexto de emergência de democracia de cooptação ainda sob Estado autocrático que Florestan propõe que o PT teria de decidir se optaria ou não por se tornar um partido proletário revolucionário (Fernandes, 1981).

O autor traz uma importante reflexão sobre o papel dos trabalhadores e o partido na vanguarda do processo revolucionário na seguinte afirmação:

A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformadores imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social” (Fernandes, 1981, p.241).

Ao mesmo tempo que Florestan mantinha-se convencido da ideia de que o horizonte da classe trabalhadora era o horizonte socialista, compreendia que era necessário um processo de transição democrática, com o estabelecimento de uma nova constituição para a organização da classe. Não havia condições ainda para uma revolução imediata, porém o partido deveria constituir-se com este objetivo estratégico. Em sua compreensão da situação política real do Brasil nos anos 1980 o autor, inclusive, se dispôs a ser deputado constituinte e candidatou-se, pelo PT, pelo qual foi deputado federal até sua morte.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a consolidação da revolução burguesa no Brasil foi um marco para se pensar o Brasil enquanto nação e as possibilidades democráticas e revolucionárias no país. Entretanto sua análise política esteve longe de ser consensual. Em especial, no tocante às perspectivas democráticas e a forma organizacional sob a qual deveria se constituir o novo partido e a ação política dos trabalhadores nos anos 1980. Veremos agora o posicionamento de Carlos Nelson nesta controvérsia.

3.2 A democracia de massas como horizonte histórico

Pode-se afirmar que Carlos Nelson Coutinho, intelectual oriundo do Partido Comunista Brasileiro teve forte influência do pensamento gramsciano e do eurocomunismo de Enrico Berlinguer e tinha uma visão distinta para as

perspectivas da democracia brasileira daquela apresentada por Florestan Fernandes. Mais precisamente, na época da lei de anistia, 1979, ano que em escreve *A democracia como valor universal*, ele apostava com mais força no processo de democratização como um grande apoio à tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo.³

A perspectiva gramsciana do autor, o fez afirmar no final da década de setenta, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à socialdemocracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de “pressupostos ideológicos, econômicos e políticos” (Coutinho, 1979). Portanto a tarefa de democratização posta para esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática, de pôr fim às soluções prussianas – ou às soluções de “revolução passiva”, conforme o vocabulário visto em Coutinho (1989 [1992]) – dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil.

A interpretação de Brasil de Carlos Nelson se baseia em que o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, trazer inexoravelmente na sua dinâmica os elementos que poderiam viabilizar a passagem da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia a liberal para a socialista consistiria na superação dialética da

3 A controvérsia que estamos montando sobre as perspectivas que estavam abertas no período de transição democrática entre as interpretações de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho são perpassadas por uma série de outras visões. No campo da esquerda, poderíamos afirmar conforme Duriguetto (2007), que havia um debate nesta época sobre a relação da sociedade civil e seu papel em relação à democracia. Para a lasi (2014), de um lado, se poderiam alinhar as interpretações de Wanderley Guilherme do Santos, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Apesar de serem diferentes entre si, podem ser sintetizadas por criticarem a concentração de poder, econômico e político, contrapondo a ela uma liberalização do mercado e advogando a favor do fortalecimento da sociedade civil – que para eles, seria um espaço de liberdade para organização social dos diversos interesses existentes na sociedade. O que estas interpretações fazem é esvaziar o caráter de luta de classes da sociedade civil, reduzindo-a como canal de negociação com o Estado e não como um espaço de confronto com o Estado; de outro lado, estariam sintetizadas as ideias que levavam em conta a participação dos movimentos e lutas sociais. Dentre as principais interpretações desta área estão as de Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Marilena Chauí. Para o aprofundamento de cada uma destas propostas, ver Duriguetto (2007).

democracia liberal elaborada pelos autores liberais desde o século XVII. Isto se daria com a permanência de alguns traços antigos, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças à criação incipiente daqueles pressupostos ideológicos, econômicos e políticos.

A democracia socialista, seria fundada na participação e controle das massas do processo político e pela reversão da “via prussiana” (revolução passiva) de transformação social. Para esta democracia ser atingida teria de ser construída por um processo de “renovação democrática” que acabasse com a alienação política – fruto do autoritarismo do regime de exceção – e com a tendência à burocratização estatal. Isto se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, grupos de bairro etc.) agregando, numa unidade, interesses plurais, principalmente da classe operária, de forma organizada de baixo para cima, o que conformaria um “sujeito político coletivo”; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma “síntese política dos sujeitos coletivos”.

O partido também seria um sujeito político coletivo construído a partir deste processo de democratização e inclusive uma advertência é feita: estes mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na “burocratização proletária do Estado”, pois a ideia de uma “sociedade regulada” era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política. O povo deveria ser visto como um conjunto não governado por um grupo acima da sociedade, tal como seria o caso houvesse uma burocracia proletária dentro do Estado.

Teoricamente, havia a possibilidade de superação dialética da democracia liberal pela democracia socialista. A democracia socialista requer mais que a socialização dos meios de produção, necessita uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

Assim como Florestan, Carlos Nelson tinha uma análise de democracia restrita para a formação social brasileira, o ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, em um primeiro momento, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da fraqueza democrática brasileira estar na tradição de revoluções passivas, o que aliado à marca da democracia restrita, geraria uma barreira temporária para a “renovação democrática” em nível das massas referida anteriormente. Esta renovação ficaria ainda por certo tempo sob a hegemonia de monopólios nacionais e internacionais.

Coutinho chegou à seguinte formulação sobre uma bifurcação iminente para a abertura do regime civil-militar:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão – em função das tarefas concretas – a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma *democracia organizada de massas*, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (Coutinho, 1979, p. 45-46. Grifos nossos).

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi importante para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Constituinte findado o regime civil-militar. Portanto, o objetivo primeiro era a suplantação do regime civil-militar.

Mesmo com nuances nas análises, Florestan e Coutinho tendem a convergir quanto à abertura política, porém quanto ao segundo movimento sugerido por Coutinho, que é exatamente aquele que Florestan identificaria como favorável ao aprofundamento da democracia de cooptação, surge a divergência referente à tática de ação da burguesia e suas implicações para a luta de classes no país.

Desta forma, o segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece despontar como ponto de maior polêmica na análise de Carlos Nelson. Se tanto para economia política crítica e para a teoria política crítica, nas se baseia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades e não sinalizava uma crítica à existência da propriedade privada.

Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade, que exigia um “acúmulo de forças” para a chegada na sociedade regulada de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista: a democracia era um processo.⁴ No fundo, a diferença entre Florestan e Carlos

4 “Resta ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira. Do desenlace dessa luta irá depender, de resto, o destino do atual processo de transição iniciado com a chamada ‘Nova República’: na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares ‘de baixo’ e de operações transformistas ‘pelo alto’, seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora sob a forma ‘moderna’ do liberal corporativismo. Mas, também nesse caso, os dados empiricamente constatáveis (adesão aos sindicatos, crescimento das comunidades de base, incremento dos partidos políticos de esquerda, sobretudo do PT), não desautorizam o otimismo” (COUTINHO, 1989 [1992], p.134).

Nelson reside nas diferentes visões de Estado que têm: um instrumento da burguesia que pode se metamorfosear segundo às exigências do capitalismo dependente para o primeiro; e um ente de um capitalismo tardio e autônomo para o segundo (Iasi, 2017).

A criação do PT deu materialidade de representação partidária à discussão sobre democracia no Brasil no período, na medida em que já existia embriões nos espaços políticos que formaram a base do que veio a ser este partido. É no seio do PT que boa parte da discussão sobre a ação política necessária para estabelecer um processo democrático que, como já havia afirmado Fernandes, traria solução à necessidade histórica de emancipação coletiva dos trabalhadores na cena brasileira. Não havia espaço nos anos 1980, na base do PT, para se pensar fora do horizonte democrático ou socialista, porém a interpretação que tal partido faria, ao longo das décadas posteriores sobre as perspectivas democráticas é indispensável para se entender os limites que se colocaram ao partido como instrumento de transformação social emancipatório da classe trabalhadora e nos traz a pauta a categoria gramsciana de transformismo.

4. Transformismo: a democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa na Nova República

Transformismo para Gramsci (2011 [1934]) é um processo de absorção gradual e contínua dos setores aliados e inimigos, aparentemente irreconciliáveis, através de variadas técnicas dentro de uma determinada organização ou movimento político. E temos a hipótese de que foi este o processo por meio do qual o Partido dos Trabalhadores constituiu-se como a maior força política do congresso brasileiro no início dos anos 2000. Porém é necessário construir historicamente esta hipótese.

O PT é um partido de correntes, sem centralismo democrático, porém construído a partir de suas teses congressuais, como os partidos da tradição

de esquerda. No seu V Encontro Nacional em 1987, os dirigentes do PT deixaram evidente que, nas suas formulações, descartariam o caráter nacional de sua estratégia política como central, indicando que a aliança com a burguesia brasileira seria espúria, na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido: a introdução do socialismo no Brasil (Iasi, 2013).

A política do PT apontava compartilhar o horizonte estratégico socialista com a tradição comunista, porém indicava uma ruptura com estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que advogava uma necessária etapa nacional, ao mesmo tempo mantinha a perspectiva da democratização com acúmulo de forças entre várias classes para realizar a “transição para a transição” tal qual a Estratégia Democrático Nacional do Partidão. O programa do PT ficou conhecido como democrático-popular exatamente por não incorporar a dimensão nacional em sua estratégia.

Coerentemente com a perspectiva da democratização como um acúmulo de forças o partido disputou eleições majoritárias e proporcionais formando bancadas importantes e ganhando algumas prefeituras e governos de estados. Para conseguir realizar seus governos, no Estado burguês, o PT aderiu aos processos de alianças. Nestes processos de alianças acordos locais se superpuseram aos elementos programáticos e a orientação geral de atuação do partido foi mudando de forma.

Ao mesmo tempo que isto ocorria em alguns pontos do país, nacionalmente, durante os governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique (1995-2003) o partido ainda mantinha alguns de seus princípios fundantes. Sua bancada no congresso era a maior força antagonista às políticas neoliberais que se procurava implementar naquele contexto de duas décadas seguidas de baixo crescimento. Ao mesmo tempo o partido ainda não reunia as condições objetivas para a chegada ao poder e assistia no congresso a prática do presidencialismo de coalizão: uma forma de governabilidade nascida com o fim da ditadura que se baseia na compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar e que acaba por incorporar setores fisiologistas – aqueles que adequam seus princípios e interesses à situação de momento

para estarem na base governamental.

Se considerarmos a perspectiva de Fernandes (1975), a democracia de cooptação em novos patamares ainda não era possível fosse pela própria conjuntura socioeconômica brasileira ou mesmo pela situação econômica mundial à época. A década de 1980 foi a de reajustamento do padrão ouro-dólar, com a política do dólar forte e geopolítica da Guerra nas Estrelas seguida da derrubada do mundo comunista, enquanto a década de 1990 trouxe uma série de crises financeiras na Ásia, Rússia e América Latina.

No Brasil, basta lembrar que o cenário latino-americano era de crise da dívida externa e havia intensa instabilidade na região. Sarney, de um lado, governou sob forte pressão popular após a Constituinte e, de outro, teve a missão de continuar o legado da revolução burguesa dependente que passava a se voltar ao neoliberalismo no período de fim da Guerra Fria e promovia o início da reestruturação produtiva; Collor foi quem começou a implantar as medidas econômicas neoliberais no Brasil e seu governo seria conturbado pelas crises social, econômica e, principalmente, política; Itamar Franco e FHC centraram seus esforços na estabilização monetária e naquilo que consolidou de vez o neoliberalismo à brasileira: o Plano Real com seu tripé de câmbio flutuante, ajuste fiscal e política monetária austera (Sampaio Junior, 2017).

Diante destas conjunturas conturbadas conclui-se que não havia espaço, dentro do jogo democrático, para a conciliação de interesses divergentes e para o atendimento de demandas das camadas pobres, nem mesmo de forma paliativa. Estas condições não estavam na ordem do dia naquele momento. A década perdida (1980) e a década de noventa significaram o prolongamento da compressão das condições de vida dos trabalhadores, ainda que após agosto de 1994 a estabilização monetária tenha atenuado um pouco a pobreza.

Os anos 2000 se abriram com novas possibilidades. O avanço do crescimento da China favoreceu significativamente o Brasil, além da conjuntura específica de eleições de presidentes latino-americanos de centro-esquerda. Só sob um contexto internacional mais favorável; com a estabilização monetária interna; com um candidato a presidente de origem e

com o apelo popular de Lula foi que o PT avaliou ser necessário um acordo (subserviente) com as burguesias dominantes para obter junto à sociedade brasileira as condições para a chegada ao poder. No programa que emanou no Congresso do PT no ano de 2002, quando se realizaram as eleições presidenciais, na qual elegeram seu primeiro presidente, a palavra socialismo não constava mais no texto, muito menos no seu campo do horizonte estratégico.

Tabela 3 - Taxa de crescimento do PIB %

Ano	Brasil	Mundo
1980-1989	3,02	3,27
1990-1999	1,75	3,15
2000-2008	3,78	4,32

Fonte: IBGE, [s./d.]; International Monetary Fund, [s./d.].

Ao assumir a linha de menor resistência de conciliação e apassivamento da luta de classes e rendição aos princípios neoliberais do Plano de estabilização monetária (Plano Real), o PT completou seu transformismo e virou um partido da esquerda da ordem, reproduzindo a dependência e o subdesenvolvimento típicos do capitalismo dependente, por atuar somente sobre os efeitos e não sobre as causas da questão social. Passou então a cooptar, na terminologia de Florestan, as classes tuteladas, fornecendo soluções conjunturais para dilemas estruturais como a pobreza e a desigualdade. É importante, porém, ressaltar que os governos anteriores aos do PT não lograram a mínima melhoria conjuntural promovida pelos governos Lula e Dilma via a nova rodada de modernização dos padrões de consumo (Malta; León, 2017). Neste sentido, o PT foi um marco na história do país ao incorporar os setores mais pobres às ilusões consumistas do capitalismo. Isto teria consequências sérias para o endividamento das famílias, dado o caráter

conjuntural das mudanças.

No entanto precisamos observar que no caso específico da construção política necessária para a eleição presidencial, o PT não apenas fez uso da política de alianças no processo eleitoral, mas do presidencialismo de coalizão, após eleito, com a compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar.

O sentido de compra de alianças utilizado pelo partido, como tradicionalmente é a regra no país, foi bastante literal, levando, neste caso, as previsões de Florestan sobre o que seria uma democracia de cooptação às suas últimas e mais duras consequências. Seguindo as tradições da política burguesa brasileira, o PT comandou um esquema que ficou conhecido como “mensalão”, instrumento de corrupção por meio de compra de votos para se ter governabilidade. A dinâmica específica desta artimanha consistia no pagamento pecuniário mensal e ilegal para alguns congressistas (Anderson, 2016).

A estratégia de ação do PT, portanto, foi de atingir novas formas de manter o *status quo* transformando progressivamente seu programa originário para atender a ampliação das alianças, porém mantendo um discurso popular principalmente voltado para a inclusão social pelo consumo. Ironicamente a cooptação foi exercida em sua forma plena, com a abertura para baixo por um partido de base social trabalhadora. Cumprindo as características do transformismo de Gramsci e da democracia de cooptação de Fernandes.

O ano de 2013, com as chamadas “*Jornadas de Junho*”, explodiu como um barril de pólvora, que as próprias políticas do PT e os órgãos de opinião pública acenderam. Os descasos com a resolução da questão social e a, cada vez mais evidente, participação ou conivência com casos de corrupção, especialmente os que envolviam a Petrobras, sinalizam nesta direção. Uma crise de acumulação se tornou também uma crise de representatividade e a juventude, demonstrando sua ojeriza contra os partidos da ordem, foi às ruas protestar.

A luta de classes no capitalismo assumiu, no mínimo, três dimensões. A dimensão política com a instabilidade da representatividade e a disputa

fratricida entre as frações de classe burguesa; a dimensão econômica, base material da vida social e que tem na desindustrialização o principal expoente, tendo reflexos diretos na exploração do trabalhador e a terceira dimensão na piora da questão social.

As classes dominantes não hesitaram em demonstrar sua intolerância contra o conflito como uma forma de resolução das lutas sociais e usaram a opinião pública contra qualquer manifestação contra a ordem. Os aparelhos de hegemonia como a imprensa e os movimentos conservadores como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), que foi criado em parte para se contrapor à sigla parecida MPL (Movimento Passe Livre), mas com uma pauta progressista que luta por tarifa zero de transporte, tentaram tomar a frente das manifestações e lograram mobilizar grande parte da população contra o governo petista. Ao mesmo tempo é importante ter atenção ao fato de que organizações conservadoras como as igrejas neopentecostais ligadas à “teologia da prosperidade” também foram se ampliando no âmbito das classes populares, fortalecendo um discurso moralista. As classes dominantes manipularam a situação como se as manifestações que inicialmente começaram como protestos específicos e nitidamente políticos, fossem apartidárias e como se não tivessem uma bandeira política clara. Como em tantos momentos da história do Brasil, as demandas dos movimentos populares foram reduzidas à pauta da corrupção. Vale lembrar, no entanto, que do outro lado, setores da juventude se organizaram para se manifestar contra as políticas neoliberais do governo Dilma Rousseff e grupos como os *black blocks* agitaram as ruas.

A manipulação da opinião pública seguiu de tal forma que o descontentamento multitudinário inicial foi transformado em ódio da classe média contra o partido que representava, para as classes dominantes e para os setores médios, as mudanças sociais dos últimos anos: o PT. Assim, a crise de representatividade do tipo de política que marcou o ápice da democracia de cooptação chegara ao seu momento de ruptura final: o impedimento de Dilma em 2016 (Jinkings *et al.*, 2016). A pautas avançadas contra os direitos dos trabalhadores no governo Temer. Em 2018, a instabilidade socioeconômica do país fez com que aposta das burguesias brasileiras,

Geraldo Alckmin, perdesse e então as burguesias não hesitaram em apoiar o plano alternativo, mas extremamente arriscado: declararam posicionamento ao lado do futuro presidente Jair Bolsonaro (Pinto *et al.*, 2019). Este foi o esgotamento da democracia de cooptação e da própria Nova República.

5. Considerações finais

Na Nova República, a forma política da democracia de cooptação amadureceu e pereceu. Ela se baseou no pacto e na aliança de classes e entre frações de classe, numa verdadeira revolução das técnicas da contrarrevolução. A política do PT nada mais foi do que se acomodar aos marcos da democracia burguesa cooptando os setores pobres, médios e ricos, mas, tal como no regime de 1964, a cooptação do PT também foi transitória.

A contribuição deste artigo foi mostrar, a partir da controvérsia entre Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, que só sob certas condições do cenário econômico, internacional e nacional, e com um governo de um partido de origem trabalhadora e com propostas fundacionais de cunho socialista foi que a cooptação pôde ser exercida na sua forma mais desenvolvida. O transformismo sofrido por esse partido, se alinhando à ordem burguesa, orquestrou a conciliação de interesses que pareciam irreconciliáveis a fim de apassar a luta de classes incorporando superficialmente setores da sociedade à lógica capitalista. A crise final da forma de cooptação possibilitou a ascensão de um novo autoritarismo.

A evidência do declínio da forma de cooptação pode ser vista nas manifestações de junho de 2013, quando o povo foi espontaneamente à rua reivindicar empregos, salários, transporte e educação pública revelando os limites da possibilidade da manutenção da política de conciliação de classes. O cenário brasileiro pós 2015 deve ser visto no contexto mundial de ascensão de governos conservadores, tanto no centro do mundo capitalista como na sua periferia. O governo que assumiu o poder com o impedimento de Dilma, o fez com a seguinte proposta de políticas: a flexibilização das relações trabalhistas; a emenda constitucional com um teto para os gastos públicos e

a reforma da previdência social. Estas reformas foram todas consolidadas entre os governos Temer e Bolsonaro. Inclusive com o ministro Paulo Guedes mais reformas, como a administrativa, estavam na ordem do dia até fevereiro de 2020.

Concluimos afirmando que o governo de Michel Temer e depois o de Bolsonaro, estabeleceram o de rumo a uma nova ditadura no Brasil. Porém não naquela forma civil-militar da contrarrevolução preventiva com Estado de exceção e repressor, senão um novo tipo cercado de legalidade jurídica e com a aparência de possibilidades de alternância política como se o Estado de direito estivesse preservado, mas que na verdade torna o Estado de exceção uma regra. O Estado voltou a atuar explicitamente como a forma universal do interesse de classe burguês.

A nova inflexão que a crise mundial do novo coronavírus, que acertou o Brasil no começo de março de 2020, trouxe mudanças radicais não só às possibilidades abertas ao governo Bolsonaro, como para a democracia em nível global diante das novas disputas geopolíticas entre E.U.A. e China. Instalou-se uma crise de cunho econômico, político e sanitário, o que fez com que diagnósticos neoliberais de política econômica fossem cambiados por políticas de tipo keynesianas de intervenção estatal e flexibilização das políticas de austeridade fiscal e monetária em todo o mundo, inclusive pelo *mainstream* da ciência econômica. No Brasil, esta virada trouxe uma crise federativa e instabilidade política.

Depois de muita discussão e pressão popular e da grande imprensa, houve flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, aporte de recursos do Banco Central e foi disponibilizado um auxílio de renda cidadã à população mais pobre e com trabalho informal, muito embora estas mudanças estejam se dando de forma lenta, dada a irresponsável persistência de Paulo Guedes a abandonar as reformas neoliberais e dada a delirante pretensão de Bolsonaro de seguir no Brasil a linha de Donald Trump nos E.U.A., como se o Brasil dispusesse dos mesmos instrumentos de combate à crise socioeconômica que os E.U.A. têm. A posição de Bolsonaro ganhou contornos de uma “economia política do genocídio social”, uma vez que o presidente incentivou o povo ir às ruas trabalhar em prol da economia. A conjuntura para

Bolsonaro é de perda de apoio político até mesmo por frações burguesas que o ajudaram a chegar no poder e lucraram com suas reformas neoliberais e reforça a possibilidade de um golpe sustentado pelas Forças Armadas, setores religiosos neopentecostais, setores populares fanáticos e milícias, o que isolaria o presidente, mais centralizaria novamente o poder.

Retorna-se aqui ao ponto de partida inscrito na ideia de Octávio Ianni (1988) de que no Brasil existe uma cultura política autoritária que faz com que a maioria da população não se identifique no Estado, não se veja ali representada. Com o fim da democracia de cooptação, as classes dominantes criminalizam a sociedade civil e as reivindicações sociais voltaram a ser tratadas como questão de polícia. A lógica do movimento em curso é de interditar, ainda mais, a democracia brasileira, desonerando o Estado de suas responsabilidades públicas.

Como fenômeno superficial que esconde o substrato de luta de classes da sociedade burguesa, a democracia varia intermitentemente entre a cooptação e o esmagamento das classes trabalhadoras. Parafraseando Giuseppe di Lampedusa: “tudo deve mudar para que tudo fique como está”.

Referências

- ANDERSON, Perry. *A crise no Brasil*. Publicado em: 21 abr. 2016. Disponível em: <https://oppceufc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/perry-anderson-crise-brasil-boitempo-abril-2016.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. *Socialist Register*, s./n., p. 247-270, 2018.
- CHILCOTE, Ronald. *Comparative Inquiry in Politics and Political Economy: theories and political economy*. New York: Perseus, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 9, p. 33-47, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CURTY, Carla. *A abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro: uma análise sobre a controvérsia dos modos de produção no Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 1975. [2011].
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo hoje*. São Paulo: Globo, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro:

Zahar, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. [1934].

IANNI, Octávio. As raízes da anti-democracia na América Latina. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 14, p. 17-22, 1988.

IASI, Mauro. *O PT e a revolução burguesa no Brasil*. Marília, SP: Ed. Unesp, 2013.

IASI, Mauro. *Política, Estado e Ideologia na trama atual*. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.

MALTA, Maria Mello de; LEÓN, Jaime Ernesto. Soluções autoritárias para crises econômicas: aspectos brasileiros de golpes de classe. In: MELLO, L. E. de; ZANIN, F.; SILVA, J. L. A. da (Orgs.). *Estratégias autoritárias do estado empregador: assédio e resistências*. Curitiba: Kaygangue, 2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, Eduardo; *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, p. 183-215, set.-dez. 2019.

PRADO, Luiz; *et al.* O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. *Texto para Discussão*, Instituto de Economia da UFRJ, out. 2017.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio. *Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante, 2017.